Despoluição da baía – ainda falta muito?

Carlos Bernardo Tavares
Bomtempo

Quem não se lembra da chegada da equipe técnica do Comitê Olímpico Internacional, que veio julgar o Rio de Janeiro como uma candidatas a sediar as Olimpíadas de 2004? Em matéria publicada na Folha de S. Paulo *no ano passado, observamos que a poluição da baía de Guanabara foi um dos fatores de peso na perda da candidatura. Há alguns anos, a população fluminense acreditava que o Programa seria a salvação da baía, e que seus resultados seriam obtidos em poucos anos. Hoje essa visão já não é tão otimista.*

A despoluição da baía de Guanabara é na verdade uma aspiração de todo o povo fluminense, bem como de todos aqueles que acreditam que podemos recuperar anos de degradação numa área que ainda temos condições de chamar "cartão postal do Rio de Janeiro", principal porta de entrada do turismo nacional.

Não precisamos falar do século passado ou de tempos muito distantes. Falamos de 30 anos atrás, época em que se atravessava para o outro lado da baía de Guanabara de carro, utilizando a estrada do contorno (via Magé), ou de balsa. Nos finais de semana, aglomeravam-se inúmeros carros em filas intermináveis na busca de sossego na bela Região dos Lagos. A espera ao calor do cais da Praça XV tinha como recompensa um maravilhoso passeio pelas águas límpidas da baía, com direito a observar os saltos dos golfinhos sobre as ondulações das balsas.

Este não é um parâmetro para avaliar o nível de poluição da baía de Guanabara ao longo dos anos, mas tem seu valor histórico e por que não dizer de *marketing*, uma vez que os golfinhos são a marca do Programa de Despoluição da Baía e de seu apelo promocional.

Quem não se lembra da chegada da equipe técnica do Comitê Olímpico Internacional, que veio julgar o Rio de Janeiro como uma das cidades candidatas a sediar as Olimpíadas de 2004? Na matéria publicada ano passado na *Folha de S. Paulo* (ver box), observamos que a poluição da baía de Guanabara foi um dos fatores de peso na perda da candidatura.

O programa de despoluição

O Programa é na verdade um conglomerado de projetos que, em uma análise geral trarão resultados positivos para o meio ambiente. Seus objetivos básicos porém tratam muito mais de ações diretas de saneamento básico do que de meio ambiente propriamente dito.

As expectativas da população fluminense a princípio eram bastante superiores às propostas do projeto, tendo em vista o *marketing* utilizado pelo governo do estado. Numa incursão rápida pela Baixada Fluminense ou mesmo por Niterói, observava-se que a população acreditava que o Programa seria a salvação da baía, e seus resultados obtidos em poucos anos. Hoje essa visão já não é tão otimista.

O que a população desconhecia e continua desconhecendo é a precária condição do governo estadual para gerenciar um programa desse porte, com instituições executoras desgastadas e fragmentadas ao longo de governos passados, instituições à beira do caos operacional, que inviabilizam quase todas as ações propostas.

Ainda que ao falar de obras estejamos falando de executoras governamentais experientes com infra-estruturas compatíveis com suas ações, ainda assim nos deparamos com atrasos em obras essenciais para o Programa. Mas as ações de controle ambiental têm como referencial instituições governamentais quebradas sob o ponto de vista dos recursos humanos, sob o aspecto de infra-estrutura e até mesmo de organização interna.

Ante as dificuldades institucionais que enfrenta, a

PAINEL

Roma foi a mais elogiada pelo comitê

A avaliação feita pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) sobre as cidades que desejam ser sede da Olimpíada de 2004 traz elogios à candidatura do Rio, mas também uma série de ressalvas. O relatório do COI com a análise das candidaturas foi divulgado ontem em Lausanne, na Suíça. Tão logo recebeu uma cópia, o coordenador do Comitê Rio/2004, Ronaldo Cézar Coelho, seguiu para Brasília e fez questão de que o presidente Fernando Henrique Cardoso fosse o primeiro a ler o documento. No próximo dia 7, serão anunciadas as quatro ou cinco cidades finalistas.

No relatório do COI – feito a partir das visitas de técnicos do comitê no ano passado às 11 cidades -, o Rio é citado como 'uma candidatura que tem como objetivo contribuir para a solução de problemas sociais e ambientais'. O COI destaca ainda o fato de a candidatura contar com o apoio de 84% da população. Outro ponto favorável, de acordo com o documento, é que os jogadores de futebol masculino e feminino terão uma oportunidade 'única', podendo disputar as partidas em quatro estádios localizados na região metropolitana da cidade.

Apesar de elogiar também os locais para a disputa de canoagem e remo, que reúnem 'boas condições técnicas', o documento lembra que 'a qualidade da água é pobre e precisa ser melhorada'. Outro fator que chamou a atenção dos técnicos do COI foi a proximidade da Vila Olímpica – a ser construída na ilha do Fundão, zona Norte – com as favelas da região. 'Essa proximidade deve ser ressaltada, já que pode ter implicações positivas ou negativas', diz o texto. O relatório acrescenta que 'a cidade enfrenta sérios problemas no tocante ao abastecimento de água, saneamento básico e rede de esgotos'. E afirma que 'o programa de despoluição da baía de Guanabara é vital para a realização dos jogos'.

Na avaliação feita pelo COI, Roma foi a cidade mais elogiada. O projeto de sua candidatura, de acordo com o relatório, 'é excelente e feito de maneira profissional, com a colaboração de vários especialistas'.

Fatos como esses são apenas lamentáveis se observarmos que existe um universo de informações que inclui saúde pública, qualidade de água, preservação de ecossistemas e tudo mais de que a população venha depender para ter direito a uma vida saudável.

(*Ronaldo Soares – Folha de S. Paulo*, 21 fev. 1997)

Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com suas quatro instituições coligadas – Fundação Estadual de Engenharia Meio Ambiente (Feema), Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla), Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Departamento de Recursos Minerais (DRM) – quase inviabilizadas operacionalmente, pouco pode conseguir em termos de resultados que atendam à necessidade de recuperação da baía de Guanabara.

Abordagem política

O Programa foi concebido e elaborado por um grupo fechado de técnicos do governo estadual em discussões internas, com abordagem mais política do que operacional das necessidades institucionais, ao que parece. A má concepção e estruturação do projeto teve como conseqüência as situações com que hoje o Programa se depara.

O Programa foi concebido e elaborado por um grupo fechado de técnicos do governo estadual em discussões internas, com abordagem mais política do que operacional das necessidades institucionais, ao que parece.

Um dos itens focalizados, como não poderia deixar de ser, é o fortalecimento institucional. O governo estadual se beneficia de recursos externos para realizar a modernização de suas instituições. Mas o Programa foi elaborado por poucos técnicos, e nem todos detinham o conhecimento das reais necessidades das demais instituições, do que resultaram algumas instituições privilegiadas com equipamentos e infra-estrutura geral, e outras carentes de quase tudo para operacionalizar suas tarefas. Sem levar em conta as gratificações que viabilizam a demanda de mão-de-obra, tanto da Sema como de técnicos trazidos de outras instituições governamentais.

A poluição da baía provém quase toda de matéria orgânica, de esgotos sanitários lançados em suas águas ou nos rios e córregos que nela deságuam. Um percentual considerável é de efluentes industriais, com impacto sobre o meio ambiente. Vários outros fatores são importantes para a despoluição da baía – a manutenção de nascentes e mananciais e a preservação das matas ciliares, entre outros – mas estes dispensam intervenções diretas, e exigem apenas ações preventivas, educativas e coercitivas.

Pilares da despoluição

Um dos pilares do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara é o controle das indústrias poluentes da baía, pelo menos das maiores e mais impactantes. Essas ações não são novidade; fazem parte das atividades de rotina da Feema, órgão responsável pelo controle da poluição no estado. Como a Feema se encontrava em condições precárias para executar suas tarefas, o Programa propiciou a reforma do laboratório de controle de poluição (ainda em andamento) e a reequipagem da instituição. De acordo com as metas estabelecidas e apesar das dificuldades ainda existentes, houve progresso nas atividades de controle das indústrias, em parte graças ao apoio da Federação das Indústrias do Estado de Rio de Janeiro – Firjan –, que se engajou no processo.

Outro pilar de sustentação do Programa é o controle de despejo de matéria orgânica, via esgotamento sanitário em águas que contribuem para a bacia da baía. Essa intervenção se dá de forma direta e com obras de infra-estrutura, como a canalização de rios e córregos, a ligação de esgotos clandestinos à rede de esgotos e a construção de estações de tratamento, dando aos despejos condições de serem absorvidos pela natureza.

Assorear os rios

Um grande problema ambiental é o assoreamento dos rios, nos quais as águas deveriam fluir de forma constante e sem grandes resistências; com as queimadas, a agricultura extensiva e a ocupação desor-

denada do solo, observa-se cada vez mais o desmatamento de margens de rios e nascentes, provocando erosões que reduzem a fluidez das águas e a renovação e oxigenação das águas da baía. O depósito de sedimentos carreados pelos rios degradados pode dificultar a navegação nos canais de acesso à baía, bem como provocar inundações em épocas de cheia. Nesse caso, o programa deixou um pouco a desejar: beneficiou apenas três unidades de conservação – o Parque Estadual da Serra da Tiririca, Niterói; a Estação Ecológica Estadual do Paraíso, Magé, e a Área de Proteção Ambiental Estadual do Mendanha, Nova Iguaçu, Nilópolis e Rio de Janeiro. Se considerarmos que grande parte das florestas a ser preservadas é de particulares, deveriam ter sido contempladas atividades diretas de apoio à fiscalização e controle das florestas de entorno. Observando mais atentamente, pode-se notar que as unidades contempladas pelo projeto são estaduais, deixando de fora o maior ecossistema preservado da baía, o manguezal de Guapimirim. Esse manguezal é uma área de proteção ambiental federal, extensão bastante representativa de mangue, ecossistema fundamental para a reposição de grande parte dos peixes, crustáceos e moluscos, assim como para a manutenção da qualidade de água da baía.

Monitorar uma baía desse porte exige técnicas mais avançadas do que uma prancheta e trabalho de campo. Essas atividades deixam de ser principais e passam a fazer parte de um contexto maior, com o suporte de um monitoramento por sensoriamento remoto, no qual as imagens de satélites aliadas a um banco de dados traçam diretrizes de planejamento para ações mais efetivas e contundentes.

O monitoramento das águas é um dos principais indicadores dos resultados do Programa. Dele se obterão os resultados, positivos ou não, da reposição das águas da baía. Como no caso do controle de indústrias, o monitoramento da qualidade de águas é um dos subprogramas que devem fazer parte da rotina de trabalho da Feema, bastando para isso um incremento nas condições operacionais dessa instituição.

Algumas das obras já foram concluídas e grande parte delas já começaram e estão em estágios adiantados. Mas a população fluminense não está informada sobre as atividades do Programa, que trabalha com dificuldade até mesmo para comunicar suas metas às comunidades locais. A sociedade civil organizada, ordenada e bem-informada se torna um elemento eficaz de fiscalização das ações governamentais. A base de todas as atividades e intervenções deveria ser a educação ambiental, cujo projeto já foi formulado e aprovado para se iniciar prontamente.

A população espera ter a baía de Guanabara despoluída em 10 anos ou pouco mais. Essa meta poderia ser cumprida com a ajuda da própria natureza, pelo vaivém das marés, mas isso demandaria certamente bem mais de 10 anos. O Programa de Despoluição é um confuso pacote de projetos muitas vezes em desarmonia e bastante descompassados.

A população deve estar contente com a existência do Programa pois, seja como for, é uma iniciativa concreta e busca objetivos que certamente são aspirações da população: a melhora substancial na qualidade de vida daqueles que necessitam da baía para sobreviver e a melhora de qualidade de vida daqueles que se utilizam a baía direta ou indiretamente no seu dia-a-dia.

Biólogo, ex-coordenador do Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA – Mata Atlântica/RJ; ex-coordenador do Subprograma de Estruturação e Implantação de Unidades de Conservação do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e membro da Equipe Técnica do Instituto Ecotema.
E-mail:
bomtempo@hotmail.com

Em busca da eficiência

BERNARDO CABRAL

PAINEL

A prática política e o uso do sistema não integrado de gerenciamento dos recursos hídricos não será solução para nosso país. A água é um recurso estratégico. Sua gestão é um dos grandes desafios da administração pública brasileira.

Até algum tempo atrás, cada vez que um povo via escassearem os recursos do local onde habitava, mudava-se para outra região, o que permitia que o ecossistema do sítio abandonado se reequilibrasse. Mesmo nas grandes aglomerações surgidas nos séculos mais recentes, a densidade demográfica ainda não gerava problemas de poluição ou degradação ambiental que preocupassem gravemente os povos, se bem que as nações culturalmente mais desenvolvidas já começassem a tomar suas precauções. Assim é que, na